



Demonstrações Financeiras 2021

**Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e
Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de
Ensino Superior do Estado da Paraíba e das
Demais Instituições e Órgãos Públicos no
Estado da Paraíba LTDA**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, destacamos os seguintes fatos administrativos: imersão na cultura administrativa do Sicredi como aprendizado de processos, procedimentos e produtos, incentivo à utilização dos meios digitais (aplicativo Mobbille Banking e Whatsapp Enterprise, Portal de Assinatura Sicredi, PIX, Sicredi Conecta, entre outros); disponibilização de atendimentos remotos e assinatura de documentos eletronicamente; concessão de crédito; e investimento em depósito a prazo por meio de canais alternativos e disponibilização de crédito emergencial em condições mais acessíveis.

Em outra frente, a cooperativa atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. A seguir listamos os principais negócios sociais realizados em 2021: parceria com o Sescop para oferta dos cursos de Conselho de Administração e Fiscal; incentivo à capacitação profissional dos associados e seus dependentes por meio de parcerias com Senac, Sebrae e Senai; distribuição de gibis da "Turma da Mônica" sobre educação financeira; participação na campanha "Natal mais Solidário", presenteando idosos, crianças e pessoas carentes da comunidade; e patrocínio a eventos promovidos por cooperados, tanto científicos como sociais e beneficentes.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de enfrentamento da pandemia. Dentre as ações, destacamos o apoio aos hospitais da região que atuam na linha de frente de combate à covid-19, para onde foram doados EPIs e cadeiras de rodas. Também doamos cestas básicas para famílias carentes do município de Campina Grande. Além disso, mantivemos todas as medidas sanitárias implementadas durante o exercício de 2020, o que possibilitou um ambiente seguro e de qualidade, sem riscos à saúde dos associados e colaboradores.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA
CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		301.085	302.818	PASSIVO		230.521	224.395
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	2.673	1.693	DEPÓSITOS	(Nota 10)	188.233	196.253
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		287.682	289.494	Depósitos à vista		7.522	7.002
Centralização financeira	(Nota 04)	63.774	79.678	Depósitos interfinanceiros		55	-
Operações de crédito	(Nota 05)	210.685	199.685	Depósitos a prazo		180.656	189.251
Outros ativos financeiros	(Nota 06)	13.223	10.131	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		23.196	12.830
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 05)	(3.987)	(3.699)	Obrigações por empréstimos	(Nota 11)	23.183	12.817
OUTROS ATIVOS	(Nota 07)	173	508	Outros passivos financeiros	(Nota 12)	13	13
INVESTIMENTOS	(Nota 08)	12.765	12.765	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 13)	8.214	7.488
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 09)	1.529	1.952	OUTROS PASSIVOS	(Nota 14)	10.878	7.824
INTANGÍVEL	(Nota 09)	250	105				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 15)	70.564	78.423
				CAPITAL SOCIAL		31.664	37.388
				RESERVAS DE SOBRAS		29.871	26.809
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		9.029	14.226
TOTAL DO ATIVO		301.085	302.818	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		301.085	302.818

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA
CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)		01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)	
	01/01/2021 a 31/12/2021			
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.381	36.873	38.381	
Operações de crédito (Nota 05)	17.217	33.763	36.613	
Ingressos de depósitos intercooperativos	2.164	3.110	1.768	
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.790)	(8.946)	(5.705)	
Operações de captação no mercado (Nota 10)	(4.668)	(6.773)	(4.143)	
Operações de empréstimos e repasses	(882)	(1.227)	(880)	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 05)	(240)	(946)	(682)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.591	27.927	32.676	
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.899)	(15.393)	(14.449)	
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 18)	706	1.290	965	
Rendas de tarifas bancárias	84	187	254	
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 19)	(3.853)	(7.365)	(7.147)	
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 20)	(3.182)	(6.419)	(5.697)	
Dispêndios e despesas tributárias	(23)	(46)	(27)	
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	792	1.335	1.044	
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 22)	(2.423)	(4.375)	(3.841)	
RESULTADO OPERACIONAL	5.692	12.534	18.227	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	5.692	12.534	18.227	
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(392)	(392)	(409)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.300	12.142	17.818	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no
Estado da Paraíba LTDA
CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	40.286	8.275	12.532	-	2.449	13.452	76.994
Destinação resultado exercício anterior						-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(11.452)	(11.452)
Destinações para reservas	-	-	-	-	2.000	(2.000)	-
Outras destinações	-	-	-	-	-	-	-
Capital de associados						-	-
Aumento de capital	1.600	-	-	-	-	-	1.600
Baixas de capital	(4.498)	-	-	-	-	-	(4.498)
Reversões de reservas	-	(8.275)	-	8.155	-	9	(111)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	17.818	17.818
Destinações						-	-
FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(837)	(837)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.091)	(1.091)
Reserva legal - Estatutária	-	-	1.673	-	-	(1.673)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	37.388	-	14.205	8.155	4.449	14.226	78.423
Mutações do Exercício	(2.898)	(8.275)	1.673	8.155	2.000	774	1.429
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	37.388	-	14.205	8.155	4.449	14.226	78.423
Destinação resultado exercício anterior						-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(12.178)	(12.178)
Destinações para reservas	-	-	-	-	2.000	(2.000)	-
Outras destinações	-	-	-	-	-	(48)	(48)
Capital de associados						-	-
Aumento de capital	1.887	-	-	-	-	-	1.887
Baixas de capital	(7.611)	-	-	-	-	-	(7.611)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	12.142	12.142
Destinações						-	-
FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(531)	(531)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.520)	(1.520)
Reserva legal - Estatutária	-	-	1.062	-	-	(1.062)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	31.664	-	15.267	8.155	6.449	9.029	70.564
Mutações do Exercício	(5.724)	-	1.062	-	2.000	(5.197)	(7.859)
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	35.875	-	14.205	8.155	6.449	6.842	71.526
Destinação resultado exercício anterior						-	-
Capital de associados						-	-
Aumento de capital	1.334	-	-	-	-	-	1.334
Baixas de capital	(5.545)	-	-	-	-	-	(5.545)
Resultado do semestre	-	-	-	-	-	5.300	5.300
Destinações						-	-
FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(531)	(531)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.520)	(1.520)
Reserva legal - Estatutária	-	-	1.062	-	-	(1.062)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	31.664	-	15.267	8.155	6.449	9.029	70.564
Mutações do Semestre	(4.211)	-	1.062	-	-	2.187	(962)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das
Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA**
CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	4.840	13.376	17.865
Resultado do semestre/exercício	5.300	12.142	17.818
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(460)	1.234	47
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(283)	288	248
Depreciação e amortização	339	663	616
Baixas do ativo permanente	48	88	-
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(33)	726	20
Destinações ao FATES	(531)	(531)	(837)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(880)	(8.357)	26.180
Redução em relações interfinanceiras ativas	24	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	10.267	(11.000)	6.679
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(211)	-	-
(Aumento) em outros ativos financeiros	(2.522)	(3.092)	(948)
(Aumento) Redução em outros ativos	336	335	(353)
Aumento (Redução) em depósitos	(16.075)	(8.020)	19.142
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(18)	-	4
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	3.591	10.366	(606)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(136)	(255)	(292)
Aumento em outros passivos	3.864	3.309	2.554
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	3.960	5.019	44.045
Aquisição de investimentos	-	-	(869)
Aquisição de imobilizado de uso	(116)	(275)	(126)
Aplicações no intangível	(101)	(198)	(107)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(217)	(473)	(1.102)
Integralização de capital	1.334	1.887	1.600
Baixa de capital	(5.545)	(7.611)	(4.498)
Juros ao capital próprio	(1.520)	(1.520)	(1.091)
Reversões de reservas	-	-	(111)
Distribuição de Sobras	-	(12.226)	(11.452)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(5.731)	(19.470)	(15.552)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.988)	(14.924)	27.391
Caixa e equivalente de caixa no início do período	68.435	81.371	53.980
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	66.447	66.447	81.371

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

**Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e
das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA**
CNPJ/MF nº 03.428.338/0001-37

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	5.300	12.142	17.818
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	5.300	12.142	17.818

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sicredi Creduni - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv das Inst Públicas de Ensino Superior do Estado da Paraíba e das Demais Instituições e Órgãos Públicos no Estado da Paraíba LTDA ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 04/08/1999 e sede situada na R Antenor Navarro, 496, na cidade de Campina Grande - Paraíba . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 7 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27 ,33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadro abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.613	1.768	38.381
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	1.768	1.768
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(12.683)	(1.766)	(14.449)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	2.810	(1.766)	1.044
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2	(2)	-

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 03 de março de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ (758) (2020 - R\$ (635)) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46 , o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

j) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die* , segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

n) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 05;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 13;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstração Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos á apresentado na NOTA 27.

p) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

q) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	2.673	1.693
Centralização financeira	63.774	79.678
Total	66.447	81.371

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 101% do CDI (dezembro de 2020 - 100%).

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2021					31/12/2020
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	316	12.734	30.683	163.685	207.418	198.197
Financiamentos	2	187	581	2.497	3.267	1.488
Total das operações de crédito	318	12.921	31.264	166.182	210.685	199.685
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	-	3.046	1.004	6	4.056	2.076
Total de outros créditos	-	3.046	1.004	6	4.056	2.076
Carteira total	318	15.967	32.268	166.188	214.741	201.761
Total circulante					48.553	43.885
Total não circulante					166.188	157.876

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A	0,50	192.837	181.705	964	909
B	1,00	8.523	7.428	86	74
C	3,00	5.895	4.980	177	149
D	10,00	4.253	4.175	425	417
E	30,00	910	1.218	273	366
F	50,00	330	781	165	391
G	70,00	320	269	224	188
H	100,00	1.673	1.205	1.673	1.205
Total		214.741	201.761	3.987	3.699

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2021					31/12/2020
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	318	15.922	32.127	165.529	213.896	201.361
Comércio	-	4	-	-	4	-
Pessoas jurídicas	-	41	141	659	841	400
Total	318	15.967	32.268	166.188	214.741	201.761
Total circulante					48.553	43.885
Total não circulante					166.188	157.876

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	4.523	2,11	4.041	2,00
50 devedores seguintes	15.392	7,17	13.576	6,73
100 devedores seguintes	22.140	10,31	19.963	9,89
Demais	172.686	80,41	164.181	81,38
Total	214.741	100,00	201.761	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	3.699	3.451
Constituição de provisão	3.613	3.257
Reversão de provisão	(2.667)	(2.575)
Movimentação de baixados para prejuízo	(658)	(434)
Saldo final	3.987	3.699

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	16.737	32.895	35.849
Financiamentos	167	292	83
Subtotal	16.904	33.187	35.932
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	313	576	681
Total	17.217	33.763	36.613

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 28.470 (2020 - R\$ 96.393).

NOTA 06 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 05)	4.056	2.076
Rendas a receber	580	358
Transações com cartão de crédito	224	28
Devedores por depósitos em garantia (Nota 13)	8.363	7.669
Total	13.223	10.131
Total circulante		4.854
Total não circulante		8.369
		2.461
		7.670

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	8	8
Adiantamentos e antecipações salariais	46	41
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3	9
Adiantamentos para Confederação Sicredi	101	89
Impostos e contribuições a compensar	9	14
Pendências a regularizar	3	195
Outros	2	152
Total circulante	172	508
Outros valores e bens	1	-
Total não circulante	1	-
Total	173	508

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas antecipadas	8	8
Total circulante	8	8
Despesas antecipadas	1	-
Total não circulante	1	-

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	11.512	11.512
Sicredi Participações S.A.	1.251	1.251
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros investimentos	1	1
Total	12.765	12.765

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	381.852 ON	381.852 ON	1	1	11.511.921	11.511.921
	868.936 PN	868.936 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,06%	0,11%	0,62%	0,62%	6,94%	6,97%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	165.967	165.101
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	173.677	173.388
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	1.807	3.283
Valor do investimento	1.251	1.251	1	1	11.512	11.512

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	5.356	(3.827)	1.529	1.952
Edificações	4%	536	(250)	286	308
Instalações	10%	1.460	(1.406)	54	107
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	440	(236)	204	440
Móveis e equipamentos	10%	1.404	(832)	572	668
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	216	(99)	117	111
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.300	(1.004)	296	318
Intangível		600	(350)	250	105
Investimentos Confederação	10%	305	(56)	249	98
Outros ativos intangíveis	10%	295	(294)	1	7

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	7.522	-	-	7.522	7.002
Depósitos interfinanceiros	-	-	55	55	-
Depósitos a prazo	6.699	7.048	166.909	180.656	189.251
Total	14.221	7.048	166.964	188.233	196.253
Total circulante				21.269	15.150
Total não circulante				166.964	181.103

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos de aviso prévio	4	6	5
Depósitos a prazo	4.519	6.471	3.856
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	145	296	282
Total	4.668	6.773	4.143

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	3.881	9.153	8.086	21.120	10.780
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	339	1.724	2.063	2.037
Total	3.881	9.492	9.810	23.183	12.817

Total circulante	13.373	6.396
Total não circulante	9.810	6.421

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pela Cooperativa Central, operam com uma taxa até 10,3% a.a. com vencimento até 13/11/2023.

NOTA 12 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em trânsito de terceiros	13	13
Total circulante	13	13

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 13 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Cível	Provável	56	20
Tributária	Provável	8.158	7.468
Total não circulante		8.214	7.488

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Trabalhista	-	7	(7)	-
Cível	20	75	(39)	56
Tributária	7.468	690	-	8.158
Total não circulante	7.488	772	(46)	8.214

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 68 (dezembro de 2020 - R\$ 79).

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 8.363 (dezembro de 2020 - R\$ 7.669), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	3.863	1.960
Provisão para pagamentos a efetuar	839	627
Cotas de capital a pagar	1.283	1.120
Provisão para participações nos lucros	392	409
Fundo de assistência técnica, educacional e social	2.780	2.504
Impostos e contribuições a recolher	509	395
Credores diversos	1.165	160
Cobrança e arrecadação de tributos	40	-
Pendências a regularizar	7	649
Total circulante	10.878	7.824

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	31.664	37.388
Total de associados	9.186	8.908

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -5.724 (dezembro de 2020 – R\$ -2.898), sendo R\$ 1.887 (dezembro de 2020 – R\$ 1.600), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 7.611 (dezembro de 2020 – R\$ 4.498).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,33% em Conta Corrente, no montante de R\$ 1.520, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 10% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	12.534	18.227
Participação nas sobras	(392)	(409)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	12.142	17.818
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.464)	(7.127)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	5.805	7.403
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	684	436
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(4)	(440)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	63.774	79.678
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 06)	67	25
Outros ativos (Nota 07)	101	89
Investimentos (Nota 08)	12.764	12.764
Intangível (Nota 09)	249	98
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 10)	55	-
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	23.183	12.817
Outros passivos (Nota 14)	3.827	1.941
Receitas		
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 18)	7	2
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	7	32
Despesas		
Operações de empréstimos e repasses	1.227	880
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 20)	134	66
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 22)	2.345	2.031

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	270	3,59%	-
Depósitos a prazo	8.366	4,63%	-
Operações de crédito	234	0,11%	67

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	1.264	1.297

NOTA 18 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	188	341	199
Cobrança	67	117	76
Comissões	-	-	2
Consórcios	16	22	4
Convênios	10	20	16
Distribuição de produtos e serviços bancários	2	3	-
Processamento da compensação	2	4	5
Seguros	155	342	259
Taxas e tarifas	1	3	3
Taxas de portabilidade	260	427	389
Outros serviços	5	11	12
Total	706	1.290	965

NOTA 19 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	2.356	4.569	4.463
Benefícios	704	1.350	1.256
Encargos sociais	769	1.398	1.425
Treinamentos	24	48	3
Total	3.853	7.365	7.147

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	82	243	131
Aluguéis	145	384	317
Comunicação	120	237	254
Manutenção e conservação	183	353	333
Material de expediente	152	280	115
Processamento dados	157	283	274
Propaganda e publicidade	26	48	47
Promoções e relações públicas	143	182	85
Serviços do sistema financeiro	138	461	367
Assessoria e consultoria	69	144	133
Serviços jurídicos	34	64	50
Serviços de terceiros	86	118	81
Serviços de técnicos especializados	129	236	178
Serviços de vigilância e segurança	190	376	351
Serviços de transportes	43	84	88
Depreciação	306	612	598
Amortização (Rateio Confederação)	31	47	9
Amortização outros ativos intangíveis	2	4	9
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	136	255	292
Emolumentos e taxas diversas	49	84	15
Ressarcimento tarifas	1	4	5
Seguros	773	1.616	1.645
Outras despesas administrativas	187	304	320
Total	3.182	6.419	5.697

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Absorção de dispêndios - FATES	136	255	292
Recuperação de encargos e despesas	67	72	90
Reversão de provisões operacionais	11	29	43
Reversão de provisões impostos folha	145	189	234
Reversão de provisões para passivos contingentes	38	46	-
Juros ao capital - Central Sicredi Norte/Nordeste	363	512	290
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	8	13	5
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	5	5	-
Atualização de depósito judicial	1	164	-
Outras rendas operacionais	18	50	90
Total	792	1.335	1.044

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Descontos concedidos em renegociação e crédito	94	117	167
Contribuições Cooperativistas	61	121	103
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	8	26	89
Contribuição Confederação Sicredi	832	1.554	1.511
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	257	525	517
Repasse Administradora de Cartões	-	-	16
Provisões para passivos contingentes	5	82	20
Outras provisões operacionais	124	221	205
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	62	125	98
Risco operacional	169	169	-
Tarifa serviços folha pagamento servidores	418	803	723
Distribuição de produtos e serviços bancários	162	239	-
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	4	4	-
Outras despesas operacionais	227	389	392
Total	2.423	4.375	3.841

NOTA 23 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	5.300	12.142	17.818
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	5.300	12.142	17.818

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papeis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- ~~N~~ormatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- ~~M~~onitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- ~~C~~oleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- ~~R~~ealização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- ~~I~~nterlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- ~~E~~volução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance com um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	69.066	77.070
Nível I (NI)	69.066	77.070
Capital principal - CP	69.066	77.070
Capital social	31.664	37.388
Reservas de capital	29.871	26.809
Lucros acumulados	9.029	14.226
Ajustes Prudenciais	(1.498)	(1.353)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	216.595	206.159
Margem de Capital	-	55.421
Índice de Basileia (PR / RWA)	31,89%	37,38%
Situação de Imobilização (Imob)	1.529	1.951
Índice de Imobilização (Imob / PR)	2,21%	2,53%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 27 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Rômulo Marinho do Rêgo
Diretor Executivo
CPF: 059.629.864-15

Otávio Santiago Moura
Diretor de Operações
CPF: 039.712.674-32

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20